

O Papel dos Militares nas Grandes Mudanças em Portugal - Uma Perspectiva de Conjunto

António José Telo

Professor Catedrático da Academia Militar

Resumo

Os militares têm representado um papel muito particular na modernização da sociedade portuguesa. Isto deve-se em larga medida à originalidade da disfunção nacional, nomeadamente ao facto de ser especialmente sensível à mudança do sistema internacional em termos económicos e políticos e, ao mesmo tempo, revelar uma incapacidade crónica para a evolução gradual e a adaptação das principais instituições. Os militares são a excepção, não pelas suas regras internas de funcionamento, mas pela necessidade de se modernizarem rapidamente quando o país se envolve num conflito de anormal intensidade, ou quando está na expectativa de tal acontecer. É isto que leva as forças armadas a adaptarem-se antes das restantes instituições a um mundo exterior em mudança rápida e é esse o principal motivo porque elas estão disponíveis para encabeçar os processos de modernização quando a sociedade lhes lança esse apelo.

É como se o país profundo, com a sabedoria inata que normalmente se lhe atribui, conhecendo a sua incapacidade de evoluir de forma lenta e gradual, escolhesse uma instituição muito particular para que fosse a excepção, criando-lhe situações em que ela se tem de modernizar com a ajuda e muitas vezes o financiamento externo.

Abstract

The militaries have played a very particular role in the modernization of the Portuguese society. This is due in large measure to the originality of the national dysfunction, namely to the fact that we are sensible to the transformation of the international system in economic and political terms and, at the same time, show a chronic incapability for the gradual evolution and adaptation of the main institutions. The militaries are the exception, not by their internal rules of function, but by their need of quick modernization when a country participates in a conflict of unusual intensity, or when it is in the expectation that it will happen. This is what makes the Armed Forces adapt before all other institutions to an outside world in quick change and this is the main reason why they are available to lead the process of modernization when society makes that appeal.

It is as if the deep country, with the innate wisdom that normally is granted, knowing its incapacity to develop in a gradually and slowly way, picks a very particularly institution to make the exception, raising situations in which it must modernize with the help and many times the financing of external funding.

Breves Considerações Metodológicas

É usual dizer-se que as forças armadas dos grandes poderes estão viradas para o exterior, enquanto as dos pequenos se preocupam sobretudo com o interior. Este texto explora algumas vertentes da aplicação concreta dessa afirmação em termos do desenvolvimento da sociedade portuguesa contemporânea.

Um primeiro ponto a sublinhar, é que a sociedade portuguesa é original, mesmo quando comparada com a Europa do Sul, o que implica necessariamente o aperfeiçoamento de um aparelho conceptual próprio e uma abordagem adaptada à sua situação concreta. Tentar aplicar a Portugal os conceitos sobre o papel dos militares desenvolvidos para os grandes poderes, tal como a maior parte dos autores faz, dá maus resultados. É como querer pesar batatas em litros.

Um segundo ponto a sublinhar, é a impossibilidade de entender a realidade a partir de uma abordagem unilateral. Por exemplo, querer entender o papel da técnica na defesa portuguesa numa análise que examine simplesmente a vertente técnica, leva a um beco sem saída, com as inevitáveis queixas sobre o facto de não haver uma autonomia tecnológica. No caso de Portugal, para entender o real papel da técnica na defesa, há que partir de uma análise multifacetada, sem as mãos amarradas, pois será necessário passar por vários níveis e facetas antes de regressar à técnica.

Assim, na minha opinião, para entender o papel da técnica na defesa nacional, é indispensável examinar antes o papel dos militares na continuidade e/ou ruptura dos aparelhos centrais do Estado (o político e o económico) e as suas aplicações práticas em termos do processo de transição de regimes e modelos políticos, económicos e financeiros. Estas mudanças estão normalmente interligadas, pois quando muda o aparelho político, assistimos a uma transição dos modelos económicos, dos equilíbrios dos fluxos financeiros e mesmo a alterações de fundo das mentalidades de públicos significativos. A economia de tempo, porém, obriga a deixar os aspectos financeiros e de mentalidades para segundo plano, não porque sejam menos importantes, mas porque é necessário optar em termos da exposição. Esta será centrada na relação existente entre técnica, inovação e política na defesa nacional, no sentido de provar que os três aspectos são inseparáveis e estão intimamente relacionados em Portugal, ao contrário do que normalmente se pensa e ao contrário do que é normal nos grandes poderes.

Nesse sentido, é necessário começar pelo exame do aparelho político e das suas mudanças, por duas razões: em primeiro lugar, ele é normalmente o nível que articula

os equilíbrios globais da sociedade portuguesa, o que significa que, em larga medida, é o primeiro a mudar e arrasta consigo a alteração dos restantes. Caso se prefira, dito por outras palavras, as grandes mudanças em Portugal começam pelo aparelho político e transmitem-se aos restantes a partir dele em vagas sucessivas. Em segundo lugar, o papel dos militares é especialmente visível e notório em termos da modernização do aparelho político, normalmente através de um corte brusco com o passado.

Queria sublinhar que a análise feita é histórica. Significa isto nomeadamente que se aplica a um determinado período histórico e à sociedade portuguesa e não pode ser exportado em termos simplistas para outras situações. Mais concretamente, as modestas considerações desenvolvidas aplicam-se exclusivamente ao período português contemporâneo, grosso modo entre 1807 e 1976, sendo duvidoso que seja válido para a actualidade, por razões que serão melhor explicadas na parte final. Para compreender as razões destas balizas muito precisas, é necessário tecer umas breves considerações introdutórias sobre a chegada do contemporâneo à sociedade portuguesa.

A Entrada no Contemporâneo

O papel interno dos militares na sociedade portuguesa recente está directamente relacionado com a forma de entrada do país no contemporâneo. A transição entre o antigo regime do século XVIII e as estruturas liberais e urbanas do XIX é traumática e difícil. É um processo que se dá em larga medida através das invasões francesas, as mais destruidoras guerras que Portugal continental conheceu em toda a sua história, o que está bem patente no facto de serem um dos poucos períodos em que a população absoluta diminui. As invasões levam à retirada da Corte para o Brasil, à instalação dos ingleses nos altos postos da administração, à alteração dos circuitos económicos tradicionais e à chegada das ideias liberais a partir do topo e directamente para as forças armadas. Tudo é acompanhado por uma substancial queda do poder relativo de Portugal, no âmbito da edificação de um sistema internacional unipolar de hegemonia inglesa, que seria consagrado no Congresso de Viena.

A queda do poder relativo de Portugal traduz-se em inúmeros factores. O mais importante é a abertura dos portos brasileiros aos navios de todos os países, medida que a Corte tem necessariamente de tomar ao chegar ao Rio, porque a Inglaterra não permitiria a continuação do comércio entre o Brasil e Portugal enquanto este último estivesse ocupado pelos franceses. A abertura dos portos é acompanhada pelo fim do

papel de placa giratória de Portugal em relação aos produtos brasileiros, pela instalação de dezenas de casas comerciais inglesas nas cidades do Brasil e pelo estímulo à independência dessa grande colónia.

O fim do monopólio do comércio em 1808 é irreversível e foi consagrado nos tratados de 1810 com a Inglaterra. Neles, Londres garante a independência nacional e a continuação da casa de Bragança no trono e recebe amplas regalias comerciais no Brasil, onde as suas mercadorias passam a gozar de vantagens mesmo em relação às portuguesas. Na altura era difícil um acordo diferente, pois sem a ajuda militar e financeira britânica não se podia combater os invasores. A abertura dos portos do Brasil era muito mais do que parecia; tratava-se, na realidade, da mudança de todo o modelo económico em que assentava o antigo regime em Portugal, o que conduziu à inversão de importantes factores estruturais na economia nacional. Damos só um exemplo: até 1808 a balança comercial tendia a ser positiva; depois dessa data há uma tendência crónica para défices na balança comercial que se faz sentir até à actualidade (com somente três anos em que isso não acontece durante a 2ª Guerra Mundial).

Um segundo factor que traduz a queda do poder relativo nacional é o fim da capacidade da Armada de exercer o controlo do oceano. A Corte vai para o Brasil acompanhada por cerca de 15000 personalidades, onde se inclui a quase totalidade da nobreza titular e da alta hierarquia militar; leva consigo uma fortuna avaliada em 200 milhões de cruzados, qualquer coisa como 4 anos de exportações nacionais. Da comitiva fazem parte o quadro humano de instituições vitais para a Marinha nacional, como a Real Academia dos Guardas Marinhas ou os melhores técnicos do Arsenal, da Cordoaria e da administração naval. Tudo é transportado numa imensa esquadra de mais de 40 velas comerciais, escoltada por 8 naus e outras tantas fragatas, corvetas e charruas. É a quase totalidade da marinha de guerra e de comércio que parte para o Brasil, tendo a bordo os melhores homens das principais instituições onde se apoia o poder naval. No reino só ficam os navios que não podem aparelhar, por falta de tripulações ou por estarem em mau estado. Ao chegar ao Rio, esta esquadra de alto mar perde as suas funções tradicionais. As naus são consideradas um luxo dispensável e, para poupar dinheiro, desarmam e ficam longos anos ancoradas na Ilha das Cobras.

Qual a razão porque a Corte aceitou que as naus desarmassem? O motivo é simples de entender: não era preciso defender o monopólio do comércio do Brasil, legalmente extinto, e as vitais funções navais na guerra que se mantinha na Europa eram asseguradas pela *Royal Navy*, que tinha muitos navios disponíveis depois da vitória de Trafalgar

e podia dispensar o apoio português neste campo. Ainda se precisava de uma marinha no Brasil para apoiar as guerras da Guiana e do Rio da Prata, mas bastava uma esquadra de acção costeira, não sendo necessário manter as dispendiosas naus. O pouco dinheiro da Corte é usado para reorganizar o Exército no Brasil, pois ele é o elemento mais necessário para as ambiciosas aventuras na América do Sul, quando se tenta aproveitar o facto do império espanhol se esboroar para aumentar territorialmente o território nacional. A defesa do Portugal europeu é uma preocupação principalmente da Inglaterra. É ela que garante a liberdade e controlo do mar em águas da Europa, que paga o rearmamento do exército nacional e que o comanda na guerra peninsular. O que não paga é a manutenção ou reconstrução da Armada, pois a Inglaterra não precisa de mais naus.

Hoje, com a sabedoria que o tempo dá, podemos dizer que se a Corte tivesse sido mais previdente saberia que sem uma Armada forte não se conseguia manter o Brasil por muito tempo. Na realidade, nem sequer foi possível passados uns anos combater eficazmente a acção dos corsários das ex-colónias espanholas, que capturaram dezenas de navios de comércio nacionais logo a partir de 1814. Simplesmente, na altura, o entendimento e as prioridades que prevaleceram foram outras.

Das 8 naus que partiram para o Brasil em 1807 só uma regressa a Portugal. As outras apodrecem no ancoradouro do Rio de Janeiro, desarmadas durante longos anos sem a devida manutenção. A Armada, que contava com 14 naus em 1807, só tem 2 em 1820. Desaparecia assim, para não mais regressar, a capacidade portuguesa de exercer um poder naval oceânico, mesmo que limitado. A marinha de alto mar, que não perdeu uma única nau em combate, foi aniquilada como se uma imensa batalha a tivesse arrastado para o fundo do oceano.

O terceiro factor ligado à perda do poder nacional é a independência do Brasil, que se insere no processo de fim dos impérios da América Latina, apressado pela destruição do aparelho central dos reinos ibéricos (Portugal e Espanha). A independência do Brasil foi uma consequência lógica da abertura dos seus portos, mas D. João VI soube contrariar a tendência natural ao aprovar, em 1815, o estatuto de “reinos unidos”, pelo qual o Brasil deixava de ser uma colónia, e ao manter a corte no Rio de Janeiro. Era, nas circunstâncias da altura, a única maneira de manter o vínculo com o grande império sul americano. Mas era simultaneamente uma confissão da perda de poder relativo: o que a Corte no Brasil reconhecia implicitamente em 1815 era que a única forma de manter o vínculo formal com o Brasil era não procurar voltar ao passado e aceitar a abertura do “reino unido” ao comércio internacional – leia-se, ao comércio quase exclusivamente

britânico. Se nos lembrarmos que mais de metade das receitas do Estado central do Antigo Regime provinham das taxas alfandegárias no Reino e dos impostos sobre os produtos brasileiros e que a redistribuição das riquezas do comércio com o Brasil era essencial para o Estado manter a sua rede de clientelas e equilíbrios delicados, compreendemos o golpe mortal para o Antigo Regime que a manutenção da abertura dos portos do Brasil representa.

Para os portugueses do continente, que sentiam a perda do papel de placa giratória do país em relação aos produtos do Brasil, a visão era essencialmente negativa. Para eles, Portugal era uma “colônia da sua colônia” governado por uma regência onde os ingleses eram quem mandava, com a capital dos “reinos unidos” no Rio de Janeiro. A agravar a situação, o estado das finanças públicas era desastroso, o comércio marítimo sofria com a acção dos corsários e as reformas de fundo há muito prometidas não avançavam – D. João VI tinha chegado a prometer a convocação de Cortes e a reforma dos forais, mas nunca a concretizou. Tudo isto acontecia depois de guerras que implicaram a ampla mobilização da população com base num novo discurso nacionalista e a criação de um exército com um corpo de oficiais renovado, formado pela Inglaterra e proveniente de origens sociais muito diferentes do anterior.

O resultado foi a revolução de 1820, um pronunciamento militar ordeiro e sem resistência, que tem como grande motivação o orgulho patriótico ferido e como principais objectivos imediatos o regresso da Corte e a expulsão dos ingleses, a que se junta a médio prazo a ideia de fazer o Brasil voltar a uma subordinação pelo menos política e administrativa.

A revolução precipita os acontecimentos nas relações com o Brasil. As Cortes, animadas do melhor espírito patriótico, acabaram com os elementos políticos de moderação do Brasil criados por D. João VI, sem terem a força para impor o regresso à dependência. Por outras palavras: as Cortes liberais quiseram impor uma política de força para manter a situação do passado, quando tinham ainda menos força real e apoios internacionais do que a Corte absolutista de D. João VI que já tinha concluído – e bem – que o regresso ao passado era impossível. Quando, por exemplo, se quis formar à pressa uma esquadra para submeter os insurrectos do Rio, descobriu-se que o poder naval não se improvisa e a Armada, abandonada desde 1807, não tinha elementos para o seu exercício. Tudo o que se conseguiu foi uma pequena esquadra de 4 velas, sem uma única nau. Não era com forças desta dimensão que se conseguiria impedir o domínio do mar pela recém criada esquadra brasileira, comandada por experientes e inspirados oficiais britânicos. O que aconteceu foi justamente o contrário: os poucos navios brasileiros dão mais um

importante golpe no já débil poder naval nacional, capturando ou afundando para cima de 40 velas, entre navios mercantes e de guerra.

Um outro e essencial factor na queda do poder relativo nacional, foi a perda da capacidade de acompanhar o progresso e a inovação técnica, numa altura em que esta adquiria um ritmo anormalmente rápido com a revolução industrial. Basta recordar que Portugal antes de 1807 fabricava, com técnicos, instrumentos e matérias primas locais, todo o armamento de que precisava. As 14 naus existentes eram os sistemas de armas mais complexos que a humanidade conhecia em 1807 e eram de fabrico nacional, tanto o casco, como o armamento e o aparelho. Eram o equivalente aos navios de linha de qualquer grande poder, embora não tivessem a dimensão dos maiores – eram no essencial naus de 74 peças. Alguns desenhos navais portugueses chegaram a ser copiados pela Inglaterra. Temos pois a imagem de um poder que estava a par do progresso da técnica e tinha uma capacidade autónoma de desenvolver e projectar força militar numa dimensão intercontinental. Foi a última vez que se pôde dizer isto de Portugal.

A primeira máquina a vapor, por exemplo, só chegaria ao país em 1820 – importada da Inglaterra como não podia deixar de ser. Só em meados do século se criou uma capacidade interna de produzir máquinas a vapor rudimentares. Era um atraso de mais de 50 anos, numa altura em que a inovação era mais rápida do que nunca.

No conjunto, temos a imagem de uma transição para o contemporâneo traumática e conturbada. O reino perdeu grande parte do seu poder relativo. Antes de 1807, Portugal era uma potência de segunda ordem, que dominava em números redondos 10% do comércio atlântico e cerca de 8% do comércio oceânico geral, tinha um vasto e rico império na América, fabricava os sistemas de armas mais complexos, mantinha uma armada de 14 naus e um exército de 40 mil homens de primeira linha. Depois, torna-se uma potência de terceira ordem, sem uma esquadra de alto mar e tecnologicamente atrasada. A diferença é enorme e é vivida pelos portugueses de então de forma intensa, sobretudo porque a transição é acompanhada por uma guerra terrível. É normal dizer que a Inglaterra ganhou as guerras napoleónicas com as libras próprias e as mortes alheias. No caso da Península a afirmação é especialmente verdadeira, pois apesar de ter sido aqui que o exército inglês operou na maior parte do tempo, as mortes na população excederam em muito as baixas militares britânicas, um resultado inevitável da política de terra queimada e da guerra sem quartel, com a ampla mobilização de forças irregulares. Para ter uma ideia do que representou este esforço militar em termos nacionais, será suficiente dizer que mais de 10% da população estava em armas em 1811, pois aos 50000 homens de primeira linha havia a somar mais de 250000 milí-

cias e ordenanças, o que foi o mais importante esforço bélico nacional em 8 séculos de História.

É isto que explica que a palavra chave em todo o século XIX português seja o grito de “Regeneração”. Nele se exprime o desejo de regressar a um passado que, embora recente, já está num sistema internacional que desapareceu para não mais voltar. Em 1820, temos a primeira regeneração; a guerra civil é apresentada pelos liberais como a segunda; os setembristas justificam a revolução de 1836 como a terceira; o pronunciamento de 1851 seria a quarta, de acordo com Alexandre Herculano e Saldanha; os próprios republicanos se apresentam como os “regeneradores” da pátria a partir de 1870 e, em especial, a partir do *ultimatum* de 1890; os militares do 28 de Maio justificam igualmente a sua acção pela necessidade de “regenerar” a Pátria aviltada. É a eterna busca do passado glorioso, permanente, porque sempre falhada nos seus objectivos míticos.

Uma outra característica da transição em Portugal que aqui nos interessa em particular é a mudança de atitude dos militares. Antes de 1807, encontramos umas forças armadas típicas do antigo regime, com um corpo de oficiais fundamentalmente saído da nobreza e subordinado ao poder político. A partir de 1807 a mudança é radical e muito rápida. O corpo de oficiais renova-se em larga medida, com centenas de elementos vindos dos sectores urbanos que se destacaram no levantamento nacional contra os invasores, formados e enquadrados pela Inglaterra nas suas escolas e pelos seus métodos. É um processo que atinge sobretudo o Exército, pois a Armada, como já referimos, limita-se a ver a sua força diminuir, sem renovação dos quadros ou dos navios.

Este facto explica que o Exército seja o grande motor da implantação do liberalismo, enquanto a Armada obedece no essencial ao poder político, sem simpatias pela causa liberal dignas de nota. Quando estala a guerra civil, em 1828, o Exército divide-se praticamente ao meio, mas a Armada permanece fiel a D. Miguel quase na sua totalidade. Basta referir que, na fase inicial da guerra, o oficial de marinha com patente mais elevada do lado liberal era um 2º tenente e o único navio que se passa para D. Pedro é uma pequena escuna e, mesmo esta, será mais tarde trazida de volta ao reino pela tripulação quando o seu comandante vai a terra para conferenciar com as autoridades inglesas em Gibraltar. Os liberais precisam de improvisar a esquadra que lhes deu a vitória com navios obtidos na Inglaterra, na França, no Brasil e nos Açores e com oficiais contratados em Londres.

A diferença de atitude e comportamento entre o novo e o antigo exército é imensa. Antes, temos uma total subordinação à Corte e ao poder político. Depois de 1807/08 e até à actualidade, todas as mudanças importantes de estruturas políticas ou de regime

em Portugal partem das forças armadas. O que pretendemos examinar um pouco é o processo e os mecanismos porque se exerce esta função dos militares em Portugal e as suas razões.

Continuidade e Ruptura nas Estruturas Políticas Nacionais Contemporâneas

Para efeitos deste trabalho, o que vamos examinar é a alteração das instituições políticas centrais (correspondam ou não a um quadro constitucional formal) e os aparelhos políticos que as apoiam. De forma acessória e subordinada são mencionadas as transições de modelos económicos que lhe estão associadas, mas só como forma de complementar e para ilustrar melhor certas teses.

Entendida nesta acepção, houve na época contemporânea 5 grandes mudanças em Portugal. Umas foram bem sucedidas em relativamente pouco tempo (1851, 1926, 1974). Significa isto que, nestes três casos, a movimentação militar conduziu a situações politicamente estáveis e duradouras em relativamente pouco tempo, com o implícito regresso aos quartéis dos militares. Nos outros dois casos (1820 e 1890) surgiram dificuldades diversas, com a instabilidade a prolongar-se por muitos anos, o que implicou uma politização dos militares conducente a um clima de instabilidade com o recurso permanente à força militar na política interna, fosse através de guerras civis, de revoluções, de golpes, pronunciamentos ou ameaças de uso da força. As três primeiras transições abrem para períodos de estabilidade com base em estruturas renovadas e aceites pela sociedade. As duas outras (1820 e 1890) abrem para fases de instabilidade, que podem revestir formas violentas, com pronunciamentos, golpes, tumultos, revoluções, levantamentos e guerras civis. As fases de instabilidade prolongada duram dezenas de anos (entre 1823 e 1848; entre 1890 e 1926) e exprimem uma falta de consenso básico da população em relação a pontos essenciais. O regime político nestes casos não reúne o consenso da grande maioria da população, mesmo depois de revestir a forma constitucional. Não é sem dúvida por acaso que estes dois períodos longos de instabilidade política, são simultaneamente os períodos da prolongada “crise financeira”, com dificuldades permanentes do país para encontrar equilíbrios para os grandes fluxos económicos e financeiros internos e externos. As duas coisas estão intimamente ligadas e alimentam-se mutuamente. Podemos dizer que a crise final e a queda dos sistemas políticos é precedida por grandes crises financeiras sem solução à vista e que os períodos de instabilidade longa são aqueles em que as crises financeiras não são resolvidas, seja por razões endógenas ou exógenas.

Examinemos um pouco melhor as cinco grandes transições indicadas, até porque algumas podem suscitar dúvidas.

Em 1820, dá-se a transição da monarquia absoluta para a monarquia liberal constitucional. A mudança de modelo económico tinha já ocorrido no essencial em 1807/1808, como vimos, mas só será consagrada com a independência do Brasil, em 1822, um efeito não desejado da política das Cortes. O novo regime constitucional não encontra a estabilidade, o que está bem patente na rápida mudança de textos constitucionais e nas amplas revisões a que a Carta Constitucional é sujeita.

A segunda grande mudança ocorre em 1851, com o movimento da Regeneração, que altera a Carta Constitucional e, muito mais importante, muda por completo o aparelho político e o seu funcionamento. Cria-se um sistema rotativo de dois grandes partidos alinhados ao centro, que governará o país de forma estável até 1890. De um ponto de vista económico, Fontes Pereira de Melo edifica um novo modelo a partir de uma acção no Ministério da Fazenda, que se caracteriza por uma abertura em relação ao exterior, acompanhada por um período de competitividade acima do normal e modernização da economia portuguesa. É o período de maior abertura do mercado nacional ao exterior, em que vigora o que mais se aproxima de um livre cambismo, com taxas alfandegárias moderadas e semelhantes às dos restantes países europeus. O Portugal Fontista respirava ao ritmo da economia Atlântica dominada pela Inglaterra, de onde lhe chegavam os caminhos de ferro e as libras necessárias para os financiar, através de uma redescoberta em novas condições da ligação ao Brasil, base e essência dos frágeis equilíbrios internos com que se edificou a urbanização e a industrialização possível – esta última numa escala muito limitada.

Em 1890, as crises política e financeira internacionais obrigam a mudar o modelo económico fontista. Cria-se em pouco tempo um outro, marcado por um forte proteccionismo, pelo abandono do padrão ouro, pelo fim da liberdade financeira, e por uma viragem para a edificação do 3º Império em África. O modelo político rotativista deixa igualmente de funcionar, o que provoca o fim de 40 anos de estabilidade. D. Carlos, que assume a coroa pouco antes do *ultimatum*, consciente da crise política, lança várias tentativas de auto-reformar a monarquia, com os três governos que a oposição classifica de ditaduras. Os militares são essenciais nestas tentativas de auto-reforma e são eles que apoiam e incentivam o Rei. São os chamados Africanistas, a melhor parte do corpo de oficiais que passou pelas dezenas de campanhas em África, todos eles pensando que a “regeneração” da Coroa passa pela consolidação de um novo Império em África e pelo “restabelecimento da ordem” em termos internos. O Rei promove

três tentativas de reforma ao longo de vinte anos que falham rotundamente, terminando a última com o regicídio de 1908. As tentativas de reforma de D. Carlos são muito perigosas em termos da monarquia, pois o que acabam por fazer é enfraquecer fortemente os tradicionais apoios da monarquia, sem conseguir edificar o partido monárquico “de tipo novo” (a expressão é de Oliveira Martins), que devia ser a base da renovação monárquica.

A incapacidade de auto-reforma da monarquia constitucional conduz à proclamação da República em 1910, num movimento onde a participação dos militares é significativa, mas não essencial. O 5 de Outubro, embora um movimento essencialmente militar, não se pode identificar com os restantes quatro mencionados. É um movimento que não parte da hierarquia militar e que encontra uma oposição significativa tanto militar como civil, ao contrário dos restantes. O 5 de Outubro, surge justamente porque falhou a pressão dos Africanistas para a reforma da monarquia, o que abriu caminho à proclamação da República. Os Africanistas eram, eles sim, o movimento militar mais semelhante aos que encabeçam as outras quatro grandes mudanças, mas a sua dissolução enquanto grupo organizado promovida por D. Manuel II depois do regicídio abre caminho ao triunfo do 5 de Outubro. Este é um movimento anormal, porque a principal participação dos militares surge a nível dos sargentos e cabos e parte no essencial da Armada e não do Exército. É o caso mais atípico de todas as grandes transições examinadas, não sendo para admirar que não tenha conseguido resolver nenhum dos grandes problemas de fundo dos equilíbrios da sociedade portuguesa. O resultado previsível foi a manutenção e mesmo agravamento da instabilidade política que já vinha de 1890 e que se prolongará até 1926.

Em 1926 cai o regime republicano e instala-se a ditadura militar. Começa então a edificação de um novo modelo económico, baseado nas finanças equilibradas (já esboçadas na parte final da República), num escudo forte, num ideal de autarcia, num estado fortemente intervencionista e regulador, na organização corporativa e num mercado de concorrência limitada, manietado por mecanismos como o condicionamento industrial, a disciplina corporativa e o intervencionismo do estado central. É a abertura para a edificação de um regime político que, com várias fases, se prolonga por mais de 40 anos. Neste caso, a reconstrução dos equilíbrios segue o modelo tradicional e é bem sucedida: primeiro refazer o modelo financeiro; depois o modelo económico e por último o modelo político. Já Fontes Pereira de Melo em 1851 tinha feito exactamente isso, não sendo para admirar que tanto ele como Salazar comecem a sua ascensão política pela pasta das Finanças. O resultado em ambos os casos são quarenta anos de estabilidade

(o Fontismo e o Salazarismo), embora aqui terminem as semelhanças, pois os valores e as soluções concretas são muito diferentes.

A quinta grande mudança, a última até ao presente, ocorre em 1974. Começa então a transição conturbada mas rápida para um regime democrático pluralista de tipo ocidental e para uma economia mais aberta, virada à Europa e com regras de funcionamento diferentes da anterior. Também neste caso um período inicial muito conturbado mas curto (o verão quente) permite reunir as condições políticas para um reencontrar dos equilíbrios financeiros e económico, base da reencontrada estabilidade política. Podemos dizer que o processo está concluído no essencial em 1978, embora seja necessário esperar por 1986 com a adesão à CEE para surgir a sua consagração lógica.

A cada uma destas cinco grandes transições correspondem estruturas sociais, mentalidades e formas de comportamento diferente. Em 1820, assistimos ao passo essencial para o fim da sociedade compartimentada e hierarquizada do Antigo Regime, num processo que vinha detrás e ainda se prolongaria por dezenas de anos, sem nunca se completar em todas as vertentes, diga-se de passagem. Em 1850, vemos despontar uma sociedade liberal madura, típica do século XIX, que vai iniciar a “revolução verde” em Portugal. Em 1890, é a transição para a “revolução industrial à portuguesa”, com o desenvolvimento de uma indústria relativamente modesta, altamente protegida e, sobretudo, com o crescimento das zonas urbanas, principalmente de Lisboa, o incontestado centro do republicanismo. Em 1926, temos uma situação típica da Europa do Sul, onde a transição entre as democracias elitistas liberais e as democracias de massas não é fácil, conduzindo durante os anos trinta a regimes autoritários de vários tipos. Em 1974, temos a transição para uma sociedade democrática e pós-industrial, dominada pelos serviços e aberta ao exterior.

O Papel dos Militares

É notório que os militares têm um papel essencial em todas estas mudanças. Mais concretamente, quatro das cinco partiram de golpes ou pronunciamentos militares, enquanto a outra (a de 1890/1910) conduziu a tentativas de reforma política apoiadas pelos militares. Em resumo, uma primeira constatação é que os militares se revelaram o motor das transições políticas de fundo em Portugal nos últimos dois séculos e que estas revestem a forma de um corte brusco com o passado.

A sociedade nacional, ao contrário do que acontece na Europa do Norte, não conhece a grande mudança política através de um processo de adaptação gradual a uma realidade em evolução. As estruturas políticas nacionais, quando deixam de estar adaptadas à realidade circundante, o que acontece mais tarde ou mais cedo, não se revelam capazes de evoluir por si próprias e mudar. A inovação de fundo está bloqueada nos seus mecanismos normais, pelo que não é gradual e progressiva. Pelo contrário, as estruturas centrais resistem até mais não poderem à mudança, procurando manter-se sem grandes alterações, sob pressão de clientelas imensas que não abrem mão dos privilégios adquiridos, mesmo quando estes já não podem ser mantidos. O resultado é o “relâmpago num céu azul”, ou seja, é o fim do modelo político incapaz de se inovar de forma violenta através de uma movimentação desencadeada e encabeçada pelos militares.

*

As movimentações que levam às grandes mudanças têm características comuns que interessa examinar:

- 1) Em primeiro lugar, reúnem a quase totalidade das forças armadas, umas vezes através de uma ampla conspiração prévia que monta uma rede orquestrada de cumplicidades (é o caso do 28 de Maio de 1926 e do 25 de Abril de 1974), outras através do mero exemplo de umas poucas unidades militares que tomam a iniciativa de sair para a rua, a que as outras aderem num efeito de dominó avassalador, sem ter havido um acordo formal prévio (é o caso da revolução de 1820 e da Regeneração de 1851).
- 2) A segunda característica comum, é que estas movimentações não encontram resistência significativa em nenhum sector importante da sociedade portuguesa, seja civil ou militar. Significa isto que são golpes sem mortos ou feridos, ou com muito poucos. A “revolução” de Agosto, a Regeneração e o 28 de Maio pura e simplesmente não provocaram mortos de forma directa. No caso do 25 de Abril, os casos mortais registados ocorrem quando 2 civis são abatidos a tiro pela PIDE numa tentativa de assalto à sua sede – o que foi um movimento espontâneo civil, não programado ou executado pelos militares. É normal que isto aconteça, porque estes movimentos reúnem o consenso dos militares e, logo, têm a vitória assegurada, pelo que ninguém lhes tenta resistir. Não significa isto que a sociedade

apoie estes movimentos a 100% ou perto disso. Pelo contrário, normalmente os sectores sociais identificados com as elites do regime derrubado permanecem numa expectativa hostil e desconfiada, mas sem assumir uma resistência activa e significativa. Um bom exemplo é a atitude da nobreza titular e da alta hierarquia da igreja perante a revolução de 1820: não resiste, mas também não apoia, aguardando até saber a posição que a Corte no Rio de Janeiro irá adoptar. Um outro exemplo, é a atitude dos sindicatos e dos partidos republicanos perante o 28 de Maio de 1926: não resistem, mas permanecem numa passividade hostil, temerosa e desconfiada, começando a conspirar pouco depois para regressar ao passado.

- 3) A terceira característica, é que estes movimentos revestem a forma de uma marcha da província sobre a capital. A revolução de 1820 parte do Porto e as unidades militares avançam paulatina e lentamente sobre Lisboa. O mesmo acontece com a Regeneração de 1851, que obtém, em primeiro lugar, a adesão da guarnição do Porto. O 28 de Maio parte de Braga, tendo a adesão generalizada das unidades da província e termina numa marcha convergente sobre a capital. O 25 de Abril parte um pouco de toda a parte, mas assume a forma de um assalto convergente às instituições do poder central em Lisboa, a partir de unidades que vêm da margem sul, de Santarém e Mafra, por exemplo. É como se o país profundo se erguesse e, com peso esmagador, destruísse num golpe irresistível as instituições e a forma de funcionamento da capital, que já não estão adaptadas às necessidades do momento presente e não são capazes de se reformar. A transição de 1890/1910 é a excepção, pois se considerarmos que o 5 de Outubro é o momento do corte político, trata-se de um movimento quase exclusivamente de Lisboa, onde a preocupação dos revoltosos é justamente a de isolar a capital da província de onde poderiam chegar os reforços à monarquia.
- 4) A quarta característica, é que estes movimentos têm um cimento ideológico difuso, onde o único traço comum é a ideia da pátria em perigo, que necessita de uma intervenção extraordinária para encontrar os meios para renascer. Em 1820, era a ideia de que Portugal estava transformado numa “colónia da sua colónia”, que a Corte tinha de regressar a Lisboa e que era necessário expulsar os ingleses das forças armadas. Em 1851, era a ideia de que país se tinha de regenerar depois de dezenas de anos de guerras civis e lutas internas, sendo necessário refazer o

aparelho político para tal. Em 1890, é uma explosão de patriotismo ferido com a humilhação do *ultimatum* e, depois, é a corrida para a ocupação efectiva do império, encarada como a forma de afirmar a nação perante o exterior, ideia que serve de base aos Africanistas; do mesmo modo os republicanos são uma grande frente ideológica no período da propaganda, onde predomina a ideia de que é necessário alterar as estruturas caducas da monarquia para “regenerar” a pátria. Em 1926, é a noção da necessidade de acabar com a instabilidade e o controlo do odiado Partido Democrático, com um discurso ideologicamente impreciso e fortemente nacionalista. Finalmente, em 1974, é a ideia da necessidade de encontrar uma solução política para as longas guerras e de aproximar Portugal das instituições da Europa Ocidental.

Em qualquer destes casos pode haver, e há normalmente, um pequeno grupo político organizado e coerente ideologicamente, que lança o movimento, mas sabe que não o pode levar a cabo sozinho. Por esse motivo, a preocupação desse grupo é a de criar uma ampla frente de apoio, com uma ideologia vaga e de fronteiras abrangentes onde as motivações patrióticas e de modernização são essenciais. Um exemplo é o Sinédrio em 1820, ou o pequeno grupo organizado à volta do general Sinel de Cordes que prepara o 28 de Maio de 1926, mas não quer nunca surgir de forma clara, a pontos de ter ido buscar à última da hora o general Gomes da Costa para dirigir o movimento. O apelo à “Pátria em perigo” e o discurso nacionalista são, aliás, a melhor maneira de conseguir o apoio dos militares, pois vão directamente à motivação central da ética e dos valores militares, que se encaram a si próprios como a “última ração”, a salvação da Nação quando tudo o mais falha.

- 5) A quinta característica, é que estes movimentos partem em regra dos escalões intermédios da hierarquia, ou, pelo menos, é aí que vão buscar os grandes entusiastas, entre as gerações mais novas do corpo de oficiais. Por detrás de 1820 estão os coronéis da guarnição do Porto. Por detrás dos Africanistas de 1890 estão os jovens tenentes e capitães que se formaram nas campanhas do império. Por detrás do 28 de Maio, estão os entusiastas tenentes, que foram os cadetes de Sidónio. Por detrás do 25 de Abril, estão os capitães, o escalão mais elevado com responsabilidades operacionais directas nas guerras de África. Só em 1851 o movimento é dirigido por um marechal do Exército (Saldanha), mas, mesmo nessa altura o apoio parte dos oficiais intermédios que participaram na guerra da

Patuleia. Estamos, pois, perante movimentos que envolvem na parte final o conjunto do corpo de oficiais, mas que partem e encontram o máximo entusiasmo nos escalões intermédios operacionais. São escalões que passaram recentemente por guerras e campanhas onde a sua mentalidade mudou. A excepção evidente à regra é mais uma vez o 5 de Outubro, o único movimento onde o envolvimento militar não parte principalmente do corpo de oficiais, mas sim dos cabos e sargentos.

- 6) A sexta característica, é que estes movimentos são precedidos por uma série de “ensaios gerais” falhados. Estes, ao contrário do que acontece com os movimentos mais amplos vitoriosos, têm um forte cimento ideológico e servem em larga medida para provar aos organizadores principais que é preciso encontrar uma unidade mais ampla e que tal implica baixar as bandeiras partidárias e ideológicas. Verifica-se igualmente que os ensaios falhados partem em regra da capital, enquanto os pronunciamentos mais amplos surgem a partir da província. Em 1820, temos a conspiração de 1817, com as consequentes execuções. Em 1851, temos pouco antes o movimento complexo da guerra civil da Patuleia que, muito possivelmente, teria terminado com a vitória das Juntas se não houvesse uma intervenção estrangeira. Em 1926, encontramos inúmeros golpes que precederam o 28 de Maio, mas o principal é o de Abril de 1925, organizado a partir da guarnição de Lisboa pelo núcleo central da conspiração formado à volta de Raul Esteves e do general Sinel de Cordes. E mesmo no 25 de Abril, temos o arranque falhado das Caldas da Rainha, poucos dias antes do golpe vitorioso sair para a rua.
- 7) A sétima característica é que, alguns anos antes destes movimentos, vamos encontrar conflitos importantes que implicaram um empenhamento anormalmente intenso das forças armadas e uma sua profunda reorganização. A implantação do liberalismo em 1820 é precedida pelas guerras napoleónicas, que criam um Exército muito diferente do existente antes de 1807. Na Regeneração, temos antes a guerra civil da Maria da Fonte e da Patuleia, que se soma a uma longa sucessão de guerras e golpes começados logo em 1823. As movimentações de 1890/1910 têm como inspiração e motivação directa dos Africanistas as campanhas de pacificação, a começar na mítica campanha de Moçambique em 1895. O golpe do 28 de Maio é feito pelas forças armadas que saíram remodeladas e feridas no seu orgulho

da beligerância na 1ª guerra mundial. Finalmente, o 25 de Abril é feito pelas forças armadas empenhadas desde 1961 nas guerras coloniais em três frentes. Não há dúvida que os conflitos referidos são decisivos para motivar as forças armadas, pois, de diversas formas acabam por servir para convencer a maioria do corpo de oficiais de que o poder político está desactualizado e é incapaz de se auto-reformar, pelo que é necessário derrubar o regime para “salvar a pátria”. É mesmo notório que, em regra, os oficiais que apoiam de forma mais entusiasta as movimentações políticas são os que conheceram anos antes a experiência da mais intensa frente de combate nas guerras anteriores: no caso de 1820, ele parte dos veteranos das campanhas do exército anglo-luso; no caso dos Africanistas, o seu núcleo central são os oficiais das campanhas de Moçambique do tempo de Mouzinho a partir de 1894; no caso do 28 de Maio, ele é organizado pelos oficiais que passaram pela Flandres, como Sinel de Cordes ou Gomes da Costa; no caso do 25 de Abril, quem se destaca são os oficiais que passaram pela Guiné (mais de metade dos oficiais que assinaram os documentos do movimento dos capitães tinham combatido na Guiné no período do general Spínola – era o teatro de operações mais pequeno dos três, mas também o mais intenso).

- 8) A oitava característica é que estes movimentos são precedidos por tentativas falhadas do anterior regime para se reformar. D. João VI, por exemplo, tinha há muito prometido a convocação de Cortes e uma comissão estudava há longos anos a reforma dos forais e outros aspectos essenciais. Costa Cabral tenta, em vão, aplicar uma reforma política e financeira que não anda muito longe do que faria Fontes Pereira de Melo posteriormente, simplesmente não é concretizada. D. Carlos encabeça directamente a tentativa de reforma, apoiado nos Africanistas. A república leva a cabo uma significativa reforma financeira nos seus últimos anos, mas isso não é suficiente para desarmar os conspiradores. Marcelo Caetano, finalmente, classifica a sua política de “renovação na continuidade”, embora Sá Carneiro não tarde a chamar-lhe a “liberalização bloqueada”. Todos os exemplos mencionados são tentativas de reforma da parte mais lúcida do anterior regime, que compreende que as coisas não podem continuar como estão, mas não consegue criar a dinâmica de uma real mudança.

- 9) A nona característica, é que estes movimentos são precedidos por apelos mais ou menos insistentes de partes significativas da sociedade, para que as Forças Armadas protagonizem a mudança, embora não seja, em regra, a maioria da sociedade que faz estes apelos. São sim os sectores que estão em desenvolvimento mais rápido e que sentem em primeiro lugar os entraves provocados pela manutenção das estruturas políticas e dos modelos económicos obsoletos. Em 1820, os protestos partem de várias origens, desde os comerciantes das grandes cidades, prejudicados pelo fim do monopólio da rota do Brasil aos intelectuais, como Almeida Garrett, que acusa os “britanos nevoeiros” de serem a grande causa da decadência da nação. Em 1851, os clamores contra a administração dos Cabrais são muito fortes e partem dos mesmos sectores que estavam por detrás do movimento das Juntas, aos quais se juntam as vozes de importantes intelectuais, como Alexandre Herculano. Em 1890, as reclamações para instituir governos de força e autoridade saem dos sectores interessados na rápida edificação do Império e assustados com o crescimento dos movimentos de cores radicais, que encontram a sua expressão mais elaborada nas teorias nacionalistas de Oliveira Martins e no difuso discurso literário dos “vencidos da vida”. Em 1926, os clamores contra a República e a favor de uma intervenção das forças armadas são muito amplos, bem expressos nas páginas dos principais periódicos, como o *Século* e o *Diário de Notícias*. Finalmente, no 25 de Abril, a forma como foi recebido o livro do general Spínola *Portugal e o Futuro*, que era um convite mal disfarçado às Forças Armadas para actuarem, é muito significativo sobre o sentimento generalizado da sociedade, do mesmo modo que o facto de ter sido permitida a sua publicação mostra o grau de desagregação a que chegou o Estado Novo. Normalmente os sectores que fazem os apelos mais eficazes não são os da oposição clássica, mas sim aqueles que até há pouco tempo estiveram ao lado do regime, e que, de repente, se afastam dele e passam a considerar necessário um acto violento para a renovação. A linguagem nacionalista e patriótica, com a mensagem de “pátria em perigo” e a necessidade de regenerar, é uma constante de todos estes movimentos, apesar de terem as mais diversas cores ideológicas.
- 10) A décima característica, é que estes movimentos são, em regra, precedidos de uma crise ou abalo económico que vem do exterior mas tem uma forte expressão interna. Em 1820, o grande abalo é a abertura dos portos brasileiros, agravado nos anos imediatamente anteriores pela crise financeira, que fazia com que

o Estado não pudesse pagar o soldo aos militares há vários meses quando a guarnição do Porto sai para a rua. Era essa exactamente a situação em 1851, quando a Fazenda era incapaz de assegurar o soldo aos funcionários, o serviço da dívida ou os investimentos em infra-estruturas básicas de que se sentia a necessidade, ao mesmo tempo que as fontes tradicionais do financiamento externo estavam bloqueadas. A crise de 1890, é directamente desencadeada pelas dificuldades das exportações desde 1880, agravadas pelo colapso financeiro das remessas de emigrantes do Brasil e pela falência da Baring Brothers de Londres, o tradicional credor do Estado Português, o que provoca uma grave crise financeira com a incapacidade de responder a alguns compromissos externos. Em 1926, temos o abalo económico e financeiro da valorização do escudo no ano anterior, com uma crise de superprodução e aumento do desemprego na frágil indústria nacional. Até em 1974 podemos detectar os abalos do primeiro choque petrolífero de 1973 na Europa, que se traduzem de imediato em Portugal por dificuldades em alguns dos grandes projectos, como Sines, e pela queda das remessas de emigrantes e do turismo, acompanhado por um disparar da inflação.

É de notar que todas estas crises conduzem a um aumento do saldo negativo da balança comercial e a uma queda dos fluxos financeiros compensatórios com o exterior. Por outras palavras, todas estas crises provocam dificuldades sensíveis na balança de pagamentos que obrigam a rever os anteriores equilíbrios financeiros com o exterior e a encontrar novos. Escusado será dizer que os crescentes desequilíbrios se traduzem num maior descontentamento interno de sectores diversificados da sociedade portuguesa. As crises económicas e financeiras são nomeadamente um factor fundamental para inverter o apoio que certos sectores até aí tinham dado ao anterior regime, pois este deixa de ser capaz de assegurar os equilíbrios tradicionais. É a deslocação súbita do apoio de sectores até aí identificados com a anterior situação que normalmente cria as condições para a movimentação vitoriosa.

- 11) Estes movimentos são em regra precedidos igualmente de reivindicações de carácter corporativo dos militares, normalmente uma expressão particular da crise financeira, mas por vezes revestindo outras tonalidades. Em 1820, quem actua são os militares descontentes com o atraso no pagamento dos ordenados enquanto os seus chefes reclamam contra a presença prolongada dos oficiais

ingleses no topo da hierarquia militar, bloqueando a progressão nas carreiras. Em 1851, o atraso de seis meses ou mais no pagamento dos soldos era um factor de descontentamento importante. Em 1926, os militares queixavam-se da degradação dos seus salários, do excesso de oficiais devido à presença dos milicianos e consequentes dificuldades na progressão dos elementos profissionais, bem como do carácter obsoleto do armamento e equipamento, que não era renovado no essencial desde a Grande Guerra. Em 1974, um dos grandes motivos de mobilização foi o famoso decreto que permitia o acesso dos oficiais milicianos ao quadro, bem como os mecanismos de ascensão dos sargentos. É preciso esclarecer que, em qualquer dos casos mencionados, as razões corporativas não são as determinantes para mobilizar o núcleo central dos conspiradores que prepara a movimentação com objectivos claramente políticos de “salvação nacional”. Os motivos corporativos são importantes, isso sim, para mobilizar os sectores indecisos e normalmente passivos à volta do núcleo central, de modo a permitir uma movimentação mais ampla.

- 13) Em qualquer dos casos, com a eventual excepção de 1890/1910, estamos perante movimentações quase exclusivamente militares, com uma participação insignificante de civis. Em 1820 o famoso Sinédrio era formado por civis e militares, mas quem organiza a conspiração é o seu núcleo militar e as unidades vêm para a rua em boa forma, com os seus oficiais à frente e sem participação de grupos civis. Em 1851, estamos perante uma movimentação claramente de unidades militares, sem envolvimento directo de grupos civis. Em 1926, a participação dos civis é mínima, bastante menor do que noutros movimentos militares vitoriosos da 1ª República, como a revolução de Sidónio Pais em Dezembro de 1917. Em 1974, a participação dos civis é tão pouco significativa que a direcção do Partido Socialista, que era a principal força da oposição, só tem um conhecimento difuso do que se passa em termos militares através de alguns militantes que eram oficiais milicianos. Mais uma vez a excepção são os acontecimentos de 1890/1910. O 5 de Outubro nomeadamente é um movimento que, embora essencialmente militar, tem uma forte participação de grupos de civis armados e podemos mesmo dizer que é superiormente organizado por um partido – é duvidoso se quem organizou o 5 de Outubro foi o Directório do Partido Republicano ou a Carbonária, embora em ambos os casos a participação de civis fosse forte.

Em resumo, vamos encontrar uma ampla série de características comuns nos movimentos que desencadeiam as grandes mudanças em Portugal. As situações históricas, as ideologias, as mentalidades, os homens e as organizações concretas são muito diferentes. É correcto dizer que pouco há de comum entre o Sinédrio, a União dos Interesses Económicos ou o Movimento dos Capitães, para citar só alguns exemplos. Mas, para além dessa aparente anarquia sem qualquer elo de ligação, desse emaranhado de paixões sem aparente unidade entre si, há uma linha condutora semelhante. Muitos, sem dúvida, ficarão admirados e até ofendidos se ouvirem dizer que personalidades tão diferentes como Manuel Fernandes Tomás, Fontes Pereira de Melo, Oliveira Martins e Oliveira Salazar tem mais de comum do que de diferente. A verdade é que tanto Salazar como Oliveira Martins ou Fontes Pereira de Melo cumprem um papel muito semelhante e inclusive a partir das mesmas instituições (o ministério da Fazenda ou das Finanças), só que com linguagem e ideologia adaptadas ao sentir da sua época e mentalidade e, logo, muito diferentes. Mas a linha condutora transcende o nevoeiro das aparências e das ideologias que servem mais para justificar e mobilizar os contemporâneos do que para compreender as reais forças que os movem. Compete à História, justamente, ver para além desse nevoeiro das circunstâncias e não se deixar enredar pela complexidade e infinita diversidade do factual, sem cair em teorias simplistas e deformadoras.

Verificamos depois deste breve percurso que em 3 dos 5 movimentos indicados (1820, 1926, 1974) se confirma a existência simultânea das 12 características indicadas. Na Regeneração de 1851 só encontramos cerca de 75% delas e a movimentação de 1890/1910 é a mais atípica de todos, com somente metade das características comuns. É difícil aliás classificar a movimentação de 1890/1910, pois tratam-se de dois movimentos diferentes que são paralelos: os Africanistas são o apoio central das reformas falhadas do rei D. Carlos; a conspiração republicana arranca em força e leva ao 5 de Outubro justamente depois do regicídio e do desaparecimento de D. Carlos e do príncipe herdeiro, entregando o trono a D. Manuel II ao contrário de todas as expectativas. Em termos de ciências sociais podemos pois falar de um padrão que se verifica na esmagadora maioria dos casos, mas não de uma “lei” de aplicação obrigatória.

Os Militares e a Inovação

A pergunta que obviamente se coloca é a de tentar entender as razões deste papel muito particular dos militares em Portugal, a pontos de se poder dizer que a sua prin-

principal função na sociedade portuguesa contemporânea foi a de assegurar a modernização das estruturas políticas, com a destruição violenta das que estavam ultrapassadas e não se conseguiam reformar. Por outras palavras: porque razão as Forças Armadas em geral e o corpo de oficiais profissional em particular, entre todas as instituições da sociedade portuguesa, são chamadas a cumprir esta missão.

Poderá haver quem diga que isso se deve ao facto de as Forças Armadas deterem o monopólio legal do nível superior de violência do estado, ou seja, de estarem por definição “armadas” (mal ou bem) e, logo, conseguirem impor soluções à sociedade pela força. Mas este facto, embora essencial em termos operativos, não ajuda a explicar as motivações que levam os militares e, em particular, o corpo de oficiais, a cumprirem essa função em determinadas circunstâncias e não noutras, nem ilustra os mecanismos que conduzem a uma modernização antecipada da instituição militar em relação às restantes.

Modernização é um termo vago e impreciso, mesmo quando entendido em termos históricos e com a vantagem de quem analisa os acontecimentos *à posteriori*, pelo que mais facilmente pode distinguir o que é “moderno” do “antigo”. No contexto deste texto vamos entender a “modernização” em termos dos modelos político e económico como algo de muito simples: a sua evolução no sentido do que é o padrão histórico da Europa Ocidental e, em particular, do sul da Europa Ocidental em cada época. Por vezes estes movimentos criam em Portugal modelos políticos que parecem excepcionais no período em que nascem, como a monarquia constitucional de 1820 ou o regime ditatorial de 1926, mas pouco depois verifica-se que estes modelos acabam por se tornar a curto prazo a norma no sul da Europa Ocidental. A ditaduras conservadoras e de direita eram uma minoria em 1926, mas eram já a ampla maioria no sul da Europa passados dez anos.

Sem dúvida uma das vertentes da modernização é a componente tecnológica, especialmente importante numa instituição que detém o monopólio da violência armada no período posterior à revolução industrial. A tecnologia é um elemento essencial na estruturação das Forças Armadas, na sua organização, tácticas, doutrinas e estratégias, ou seja, nas suas capacidades, definição de missões e mentalidade. É necessário ter em conta que a chegada de uma nova tecnologia significativa é só a ponta do icebergue. Se ela é importante, traduz-se de imediato por uma vantagem relativa significativa para a formação que a passa a utilizar. Mais do isso, uma tecnologia nova traz consigo necessariamente uma outra forma organizativa adaptada e exige uma alteração dos métodos de educação e formação. A prazo, estamos perante efeitos acumulados que

podem produzir uma importante mudança de mentalidade. Quem imaginava, por exemplo, que a inocente máquina a vapor, que mais parecia um brinquedo e uma curiosidade em 1780, seria a grande responsável pela maior mudança da História da Humanidade desde a invenção da agricultura. E quem imaginava que o primeiro computador, desenvolvido em 1943 para ajudar a quebrar as cifras alemãs, que mais parecia uma árvore de natal cheia de luzes, com a dimensão de um prédio de três andares, um sofisticado brinquedo de uma mente bizarra, teria uma tão grande importância para toda a vida social depois da guerra? Certamente ninguém acreditaria então que o computador seria o principal responsável da terceira grande mudança da História da Humanidade, depois da agricultura e da indústria.

Um outro ponto que gostaria de realçar é a conhecida diferença entre invenção e inovação, tal como Schumpeter e muitos outros antes e depois as definiram. É um processo onde o passo essencial na mudança das instituições e da sociedade não é tanto o momento de arranque da “invenção”, mas sim o momento da “inovação”, que permite criar uma capacidade que antes não existia. A máquina a vapor, por exemplo, existia desde meados do século XVIII, com aplicações limitadas no campo das minas, mas foram precisos um conjunto de empresários inovadores em finais do século XVIII (dezenas de anos depois da invenção da máquina a vapor) para criar a partir dela a fábrica moderna. No processo, esses empresários alteraram radicalmente as manufacturas e a sua orgânica a muitos níveis, sem terem consciência da amplitude e alcance do movimento que estavam a começar.

Em termos militares acontece algo de semelhante, ou seja, o momento essencial da mudança não é a “invenção” mas sim a “inovação”. Dou só um exemplo. Os carros de combate na acepção moderna existem desde que a Inglaterra os desenvolveu em 1915/16. No entanto, o momento mais importante da transformação provocada por essa invenção só surge várias décadas depois, quando um punhado de oficiais inovadores na Alemanha transforma o carro de combate no centro de uma visão sobre a orgânica dos exércitos, as suas tácticas, estratégias e mesmo a forma de fazer a guerra, a que chamou a Blitzkrieg. Na concepção da Blitzkrieg não se inventou nada de novo; houve sim um imenso pulo de inovação. A Blitzkrieg seria posteriormente copiada por todos os outros exércitos, com adaptações mais ou menos importantes aos casos concretos de cada um.

*

Os militares que fazem os grandes movimentos de mudança em Portugal são justamente os que antes passaram por períodos de inovação intensa na actividade militar.

As transições mencionadas anteriormente em Portugal, são precedidas e/ou acompanhadas de uma grande vaga de inovação, em regra com uma tónica tecnológica, que é necessariamente acompanhada por reformas organizativas, táticas, estratégicas e de mentalidade dos militares.

Em 1820, temos a ampla e súbita transição do exército do antigo regime para outro do cidadão soldado com uma motivação nacionalista, apadrinhada e conduzida pela Inglaterra. Em 1851, a Regeneração é precedida por um período de guerras internas intensas, com a chegada de muitas das técnicas da 1ª revolução industrial, onde se assiste nomeadamente ao primeiro combate entre vapores ou à vulgarização das armas estriadas e de fecho de fulminante. Em 1890/1910, temos a ampla renovação das forças armadas provocada pelas campanhas de pacificação intensas, com a chegadas das técnicas da 2ª revolução industrial, como sejam as embarcações em aço, as armas de repetição (Kroptchek, Nordenfelt, Gardner), a artilharia de tiro rápido com granada explosiva, os pontões pré-fabricados, as canhoneiras, a medicina tropical moderna e outras. Mesmo já no começo do século XX chegam ao Exército novas armas sem as quais pura e simplesmente não teria sido possível a vitória republicana no 5 de Outubro, como sejam a metralhadora Maxim e a peça de tiro rápido de 7,5 cm Schneider-Canet. Em 1926, a movimentação é precedida pelo forte abalo da beligerância na Grande Guerra, muito em especial na Flandres, onde as mudanças nas forças armadas foram mais uma vez ditadas pela Inglaterra. É nesta altura que chegam a Portugal, por exemplo, os navios de combustíveis líquidos, os modernos estados-maiores ou a aeronáutica militar. Em 1974, a revolução é precedida por dois abalos sucessivos: o impacto da NATO na década de 1950 e o impacto das guerras de África na década de 1960. Entre ambos, temos a chegada à sociedade portuguesa de muitas das técnicas e formas organizativas das sociedades pós-industriais.

Em qualquer dos casos, temos perante nós vagas de inovação, com um forte componente tecnológico, que afectam em primeiro lugar os militares devido ao seu envolvimento em conflitos anormalmente intensos e exigentes. Os períodos de guerras (internas ou externas) são assim um elemento essencial em todo o processo, pois são eles que trazem consigo vagas de inovação a todos os níveis para as forças armadas. A afirmação é verdadeira em termos técnicos, organizativos, operativos e formativos. Para, por exemplo, compreender o forte elo entre os militares e a técnica, basta recordar que até muito avançado o século XIX, os maiores estabelecimentos fabris nacionais eram militares (os arsenais da Marinha e do Exército) e a engenharia em geral era dominada pelas escolas e academias militares.

*

Em todos os casos considerados, em maior ou menor grau, a inovação da instituição militar surge a partir de um conflito importante que trouxe consigo uma vaga de mudança para as Forças Armadas, com novidades técnicas, a sua ampla reorganização e mudança de mentalidades. Nalguns casos, a vaga de inovação é directamente paga, financiada, organizada e apressada pelo exterior. É o que acontece, por exemplo, com a Inglaterra nas guerras napoleónicas e na 1ª Guerra Mundial; é o que acontece com os EUA quando da adesão à NATO.

Em todos os casos os responsáveis políticos não fazem ideia da amplidão da mudança em curso e, sobretudo, não imaginam sequer que a mera modernização das estruturas militares implica uma completa reorganização e mudança de mentalidades, que acabará por criar o instrumento que leva à mudança de regime passados uns anos.

D. João VI em 1808, por exemplo, a única coisa que pretende é combater os invasores franceses e, para tal, está disposto a dar mão livre à Inglaterra para refazer o exército. A Corte no Rio não imagina que está a criar o grande instrumento da chegada do liberalismo a Portugal, nem era essa a intenção da Inglaterra. O Governo Republicano de Afonso Costa, do mesmo modo, só quer criar uma força expedicionária capaz de combater na Flandres, a frente mais difícil de todas, pelo que fica muito contente quando a Inglaterra se oferece para financiar, transportar, treinar, reorganizar e enquadrar o CEP. Como poderia a 1ª República imaginar que estava a assinar a sua sentença de morte passados 7 anos? Os governos de Salazar ou de Marcelo Caetano também não podiam imaginar que, com os jactos e os radares da NATO, chegava também a mentalidade das democracias ocidentais, ou que com as G-3 e os Alouette vinha uma reorganização que representaria o fim do regime. Todos estes políticos eram aprendizes de feiticeiro, num processo que sabiam como começava, mas não imaginavam como iria acabar.

Mesmo que os políticos mais lúcidos pudessem vislumbrar os efeitos de longo prazo – e é um facto que Salazar temia as consequências políticas dos contactos com a NATO – não tinham real alternativa numa altura em que o país se envolvia num conflito sem ter forças armadas preparadas. O príncipe regente D. João não podia, por exemplo, dizer à Inglaterra em 1808: “afastem-se, pois será a Corte no Brasil que vai modernizar e preparar o Exército Português, como é normal”. Era impossível uma tal afirmação, pois todos sabiam que Portugal não tinha os recursos materiais ou humanos para tal. E será que Afonso Costa podia dizer à Inglaterra: “seremos nós sem mais ninguém que vai preparar o corpo de Exército a enviar para a Flandres”. Qualquer

responsável que conhecesse a situação de Portugal em 1916 sabia que tal era impossível. Mas mesmo que isso acontecesse e mesmo que a ajuda externa pudesse ser dispensada, como foi no essencial o caso em 1961-74, o resultado final não seria muito diferente. E não seria muito diferente porque o importante não era que o processo de inovação fosse superiormente dirigido a partir de Lisboa, de Londres ou de Washington; o importante é que o processo de inovação se desse, independentemente de saber qual a sua direcção superior e qual a grande estratégia a que obedecia.

O que tornava o processo de inovação inevitável nas Forças Armadas nestes períodos era o facto de elas estarem envolvidas em conflitos de anormal intensidade. O auxílio mais ou menos forte e aberto do exterior não mudava, no essencial, a direcção da inovação, simplesmente a podia apressar. O que o poder político não podia fazer era dizer ao corpo de oficiais profissional: “fazem favor de travar e vencer esta guerra de anormal intensidade, mas sem qualquer inovação radical e sem mudarem em relação ao que são actualmente”. Isso sim, é que era impossível.

*

Podemos mesmo detectar um ritmo ou compasso de espera semelhante entre o começo dos conflitos de anormal intensidade e a queda da situação política. É um ritmo de cerca de 13 anos, que se indica por mera constatação pragmática, sem qualquer justificação teórica e sem se pretender com isso apontar para uma qualquer “lei” rígida e determinista. Junot entra em Portugal em 1807 e a revolução surge passados 13 anos, em 1820; em 1851 a Patuleia é muito mais recente, mas é somente o ponto final de uma longa série de guerras, pronunciamentos, golpes e intervenções externas; as campanhas de pacificação arrancam em força em Gaza (1894/95) e o regicídio surge em 1908, com a queda da monarquia em 1910; o envolvimento de Portugal na 1ª Guerra Mundial começa logo em 1914, com as expedições para África (a beligerância formal é de 1916), e a República cai passados 12 anos; as guerras de África arrancam em 1961 e o Estado Novo cai passados 13 anos.

Um outro ritmo, que mais uma vez indicamos de forma pragmática sem o pretender transformar numa qualquer “lei” obrigatória, é o das grandes mudanças. Os movimentos referidos (1820, 1851, 1890/1910, 1926, 1974) estão separados por cerca de 40 a 50 anos, datando em regra a sua crise final de cerca de 10 a 13 anos antes da sua queda.

Em resumo, as grandes vagas de inovação na idade contemporânea tendem a chegar a Portugal pela mão dos militares, num processo que visa somente dar maior

eficácia à máquina militar numa campanha ou guerra em curso, mas que acaba por ter efeitos muito mais amplos a médio prazo.

As coisas passam-se na prática da seguinte maneira: as circunstâncias internas e externas levam a que o poder político se veja obrigado a fomentar um amplo movimento de inovação da máquina militar devido a um conflito; este movimento, ao contrário do que é a norma em Portugal, é motivado pela procura da eficácia e passa pela chegada de um amplo conjunto de técnicas a Portugal; ao fim de algum tempo a instituição militar mudou, não só em termos da sua eficácia, mas também em termos da sua mentalidade; assim, a instituição militar está preparada para responder positivamente aos apelos da sociedade quando esta começa a sentir o modelo político e económico como um imenso obstáculo à sua evolução e modernização; quando este movimento atingiu proporções razoáveis e quando os responsáveis políticos que sentem o descontentamento tentam reformas de fundo e falham, adquire credibilidade perante os militares profissionais ideia de que a “Pátria está em perigo” é que é necessária uma intervenção extraordinária; nessa altura, e só nessa altura, dão-se as movimentações militares de ampla adesão que derrubam os modelos políticos caducos sem encontrar resistência significativa.

Continuidade e Ruptura

Estamos agora melhor habilitados para traçar algumas conclusões sobre o tema central escolhido.

Em primeiro lugar, podemos concluir que as grandes transições em Portugal na Época Contemporânea, entendidas em termos políticos e também económicos, têm sido desencadeadas pelos militares.

Em segundo lugar, a sociedade portuguesa moderniza as estruturas políticas através de um corte brusco com o passado, depois de terem falhado as tentativas de reformas graduais e adaptações.

Em terceiro lugar, estas mudanças ocorrem através de movimentos muito particulares, que só surgem quando as estruturas do estado e as instituições políticas e sociais não se conseguem auto-reformar e evoluir internamente.

Em quarto lugar, a predisposição para que as Forças Armadas encabeçam estas mudanças nasce devido ao seu envolvimento num importante conflito anterior, que obriga a uma ampla reorganização e cria o descontentamento nos sectores intermédios da hierarquia.

Em quinto lugar, todo o processo é condicionado pela relação particular de Portugal com o sistema internacional, pois é ele que marca o ritmo das guerras que levam às vagas de inovação, bem como é ele que traça os contornos e grandes linhas destas.

O Papel dos Militares

Os militares têm representado um papel muito particular na modernização da sociedade portuguesa. Isto deve-se em larga medida à originalidade da disfunção nacional, nomeadamente ao facto de ser especialmente sensível à mudança do sistema internacional em termos económicos e políticos e, ao mesmo tempo, revelar uma incapacidade crónica para a evolução gradual e a adaptação das principais instituições. Os militares são a excepção, não pelas suas regras internas de funcionamento, mas pela necessidade de se modernizarem rapidamente quando o país se envolve num conflito de anormal intensidade, ou quando está na expectativa de tal acontecer. É isto que leva as forças armadas a adaptarem-se, antes das restantes instituições, a um mundo exterior em mudança rápida e é esse o principal motivo porque elas estão disponíveis para encabeçar os processos de modernização quando a sociedade lhes lança esse apelo.

É como se o país profundo, com a sabedoria inata que normalmente se lhe atribui, conhecendo a sua incapacidade de evoluir de forma lenta e gradual, escolhesse uma instituição muito particular para que fosse a excepção, criando-lhe situações em que ela se tem de modernizar com a ajuda e, muitas vezes, o financiamento externo.

Devo realçar que este processo particular de mudança só ocorre na época contemporânea e não é a norma antes do século XIX. Significa isto que é um mecanismo histórico e que o facto de poder ser detectado nos dois últimos séculos não significa necessariamente que se repita no futuro. Na realidade, há um conjunto de circunstâncias que tornam duvidosa a sua operacionalidade hoje em dia.

Em primeiro lugar, o papel dos militares na sociedade está em rápida revisão, o que faz parte da mudança dos tipos de conflitos e das formas de violência na Europa e no mundo. Ao contrário do que acontecia antes de 1945 e mesmo durante a Guerra Fria, é hoje difícil conceber um conflito global, e é impensável imaginar uma guerra convencional de grande envergadura na Europa central ou ocidental que implicasse a mobilização de forças armadas numerosas à escala nacional. Em contrapartida, a violência nunca esteve mais perto e mais presente na sociedade, embora as ameaças adquiram for-

mas diferentes do passado. É normal que isto aconteça, pois cada sistema internacional tem as suas regras próprias. O resultado desta mudança que dá ainda os primeiros passos, é que Portugal tem hoje em dia Forças Armadas anormalmente pequenas em termos numéricos e caminha ainda para uma sua redução, numa crescente profissionalização total que está praticamente completa.

É, sem dúvida, uma situação nova, que aponta nomeadamente quando acompanhada por um envolvimento das Forças Armadas em conflitos de tipo muito diferente do passado, para um enquadramento onde o nacional se tende a esbater cada vez mais.

Em segundo lugar, a sociedade portuguesa é hoje mais aberta ao exterior do que nunca, a pontos de começar a ser duvidoso se podemos continuar a falar em termos de uma soberania em muitos campos. Hoje em dia os reflexos da evolução do sistema internacional são fortes e directos, numa sociedade aberta que caminha para a globalização, onde os traços próprios a cada formação particular se tendem a esbater, pelo que não é certo que a originalidade nacional se vá manter. A disfunção nacional é hoje menor do que nunca e a sua principal vertente é a cultural e não a económica ou a estratégica. Quando Portugal, por exemplo, não tiver uma balança de pagamentos própria, todos os ritmos e mecanismos da sua inserção no sistema internacional serão profundamente alterados.

Deixei para o fim talvez o elemento mais importante de todos. Nos últimos anos as instituições portuguesas têm mudado. O seu tradicional corporativismo, o seu carácter fechado, o seu normal funcionamento virado para dentro, sem procura da eficácia, sem concorrência, sem competitividade, sem políticas de qualidade, tende a esbater-se. É normal que isso aconteça. Tivemos uma evolução semelhante no período do Fontismo (1851-1890), quando a sociedade portuguesa se abriu ao Atlântico e criou um regime liberal estável. Então também as instituições nacionais mudaram e se tornaram mais competitivas, o que ficou bem patente no facto de esse ter sido um dos poucos períodos da época contemporânea em que Portugal se desenvolveu mais depressa do que a média da Europa Ocidental.

O resultado imediato da abertura do Fontismo foi o facto de 1890 ter sido a única grande mudança onde o protagonismo dos militares não é evidente. Pelo contrário, o modelo económico muda por razões próprias e em obediência aos estímulos externos, sem ser necessária uma intervenção dos militares. O regime político tenta modernizar-se entre 1890 e 1908 e é a altura em que se está mais próximo disso acontecer. No entanto, como se sabe, a tentativa falha e o resultado é a revolução do 5 de Outubro de 1910.

Há, sem dúvida, uma ligação directa entre a maior abertura do Fontismo e o facto de ter sido nessa altura que as instituições nacionais mais perto estiveram de uma evolução gradual e interna.

Hoje a evolução das instituições e a remoção das barreiras é muito mais forte do que em 1890. É perfeitamente possível que, quando chegar de novo a altura de uma grande mudança em termos do modelo político (e não há modelos políticos eternos) as instituições nacionais estejam preparadas para a evolução gradual, como é normal na Europa Ocidental e Central a norte dos Pirinéus. Se isso acontecer, não será necessário um apelo às Forças Armadas e o processo que começou em 1820 não se repetirá. Não há, na minha opinião pessoal, “leis” de aplicação obrigatória na evolução histórica e os factores subjectivos e pessoais têm grande importância – um homem pode fazer a diferença, como é normal dizer-se.

De qualquer modo, é um problema que não se coloca, nem é previsível que se coloque a curto prazo. Portugal tem hoje, sublinho este aspecto, instituições adaptadas ao sistema internacional e que se baseiam num amplo consenso nacional, legitimadas por métodos de aceitação generalizada, pelo que qualquer ideia de um apelo às Forças Armadas para as alterar é despropositada e completamente irrealista, para além de inexistente.

Bibliografia

AAVV – *Portugal e os 50 Anos de Aliança Atlântica*, MDN, Lisboa, 1999.

Almeida, Políbio Valente – *Do Poder do Pequeno Estado*, Lisboa, ISCSP, 1990.

Barata, Manuel Themudo – *As Invasões Francesas e a Organização da Resistência Portuguesa*, Lisboa, Serviço Histórico Militar, 1989.

Berridge, G. R. – *International Politics, States, Power & Conflict since 1945*, Nova York, Prentice Hall, 1997.

Best, Geoffrey – *War and Society in Revolutionay Europe 1770-1870*, Londres, Fontana, 1982.

Carrilho, Maria – *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Século XX*, INCM, Lisboa, 1985.

Portugal no Contexto Internacional, IDN/Edições Cosmos, Lisboa, 1998.

- Claval**, Paul – *Géopolitique et Géostratégie*, Paris, Nathan University, 1996.
- Cohen**, Eliot – *Citizens and Soldiers*, Ithaca e Londres, Cornell University Press, 1991.
- Clausewitz**, Carl von – *On War*, Penguin, 1968.
- Dupuy**, Trevor – *The Evolution of Weapons and Warfare*, Indianapolis, Bobbs-Merril, 1980.
- Ellis**, John – *The Social History of the Machine Gun*, Baltimore, John Hopkins University Press, 1991.
- Faivre**, Maurice – *Les Nations Armées: de la Guerre des Peuples a la Guerre des Etoiles*, Paris, Fondation pour les Etudes de Defense Nationale, 1988.
- Ferreira**, José Medeiros – *O Comportamento Político dos Militares*, Lisboa, Editorial Estampa, 1992.
- Fuller**, J.F.C. – *The Conduct of War 1789-1961*, Londres, Eyre & Spottiswoode, 1961.
A Military History of the Western World, 3 vols., Nova York, Funk and Wagnalis, 1954.
- Gilpin**, Robert – *War & Change in World Politics*, Cambridge, Cambridge University Press, 1993.
- Griess**, Thomas (coord.) – *Definitions and Doctrine of the Military Art*, West Point, Avery, 1985.
The Dawn of Modern Warfare, West Point, Avery, 1984.
- Holley**, I. B. – *Ideas and Weapons*, Yale, Yale University Press, 1953.
- Hopkins**, Terence (coord.) – *The Age of Transition, Trajectory of the World System 1945-2025*, Londres, Zed Books, 1996.
- Kennedy**, Paul – *Strategy and Diplomacy 1870-1945*, Londres, Fontana, 1983.
The Rise and Fall of the Great Powers, Nova York, Random House, 1987.
- Kupchan**, Charles – *The Vulnerability of Empire*, Ithaca e Londres, Cornell University Press, 1994.
- Lemos**, Viana de – *Duas Crises*, Ed. Nova Gente, Lisboa, 1977.
- Levy**, Jack – *War in the Great Power System 1495-1975*, Kentucky, The University Press of Kentucky, 1983.
- Loureiro dos Santos** – *Forças Armadas, Defesa Nacional e Poder Político*, INCM, Lisboa, 1980.

Macedo, Jorge Borges de – *História Diplomática Portuguesa, Constantes e Linhas de Força*, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, 1987.

Marques, Fernando Pereira – *Exército, Mudança e Modernização na Primeira Metade do Século XIX*, IDN/Edições Cosmos, Lisboa, 1999.

Martelo, David – *A Espada de Dois Gumes – As Forças Armadas do Estado Novo (1926-1974)*, Europa-América, Lisboa, 1999.

Mata, Eugénia e **Valério**, Nuno – *História Económica de Portugal – uma Perspectiva Global*, Fundamentos, Lisboa, 1994.

Midlarsky, Manus (coord.) – *Handbook of War Studies*, Ann Arbor, The University of Michigan Press, 1996.

McNeil, William – *The Pursuit of Power*, Chicago, University of Chicago Press, 1982.

Modelski, George e **Thompson**, William – *Seapower in Global Politics 1494-1993*, Seattle, University of Washington Press, 1993.

Leading Sectors and World Powers, Columbia, University of South Carolina, 1996.

Moreira, Adriano – *Teoria das Relações Internacionais*, 3ª ed., Almedina, Coimbra, 1999.

Parker, Geoffrey – *The Military Revolution*, Cambridge, Cambridge University Press, 1988.

Porter, Bruce – *War and the Rise of the State*, New York, The Free Press, 1994.

Rosas, Fernando – *Portugal Entre a Paz e a Guerra*. Estampa, Lisboa, 1990.

História de Portugal – O Estado Novo (coord.), vol. 7, Editorial Estampa, Lisboa, 1994.

Rosen, Peter – *Winning the Next War: Innovation and the Modern Military*, Ithaca e Londres, Cornell University Press, 1992.

Selvagem, Carlos – *Portugal Militar*, 2ª ed., Lisboa, 1991.

Singer, J. David – *Explaining War*, Beverly Hills, Sage, 1979.

The Wages of War 1816-1965, Nova York, Wiley, 1972.

Small, Melvin e **Singer**, David – *Resort to Arms. International and Civil Wars 1816-1980*, Beverly Hills, Sage, 1982.

Sorokim, Pitirim – *A Social and Cultural Dynamics*, 4 vols., Nova York, American Book Company, 1937.

Telo, António José – *Portugal na 2ª Guerra Mundial 1941-1945*, 2 vols., Lisboa, Vega, 1991/1992.

Portugal e a NATO, Lisboa, Cosmos, 1993.

Economia e Império no Portugal Contemporâneo, Lisboa, Cosmos, 1994.

Telo, António Jose e **Torre**, Hipólito de la – *Portugal e Espanha nos Sistemas Internacionais Contemporâneos*, Cosmos, Lisboa, 2000

Tilly, Charles – *Las Revoluciones Europeas 1492-1992*, Barcelona, Grijalbo, 1992.

Torre, Hipólito de la – *Na Encruzilhada da Grande Guerra 1913-1919*, Lisboa, 1980.

Toffler, Alvin – *War and Anti-war at the Dawn of the 21st Century*, Londres, Warner Books, 1993.

Thompson, William – *Contending Approaches to World System Analysis*, Beverly Hills, Sage, 1983.

Wright, Quincy – *A Study of War*, Chicago, University of Chicago Press, 1965.